

**CADERNOS
TÉCNICOS
PROCIV**

27

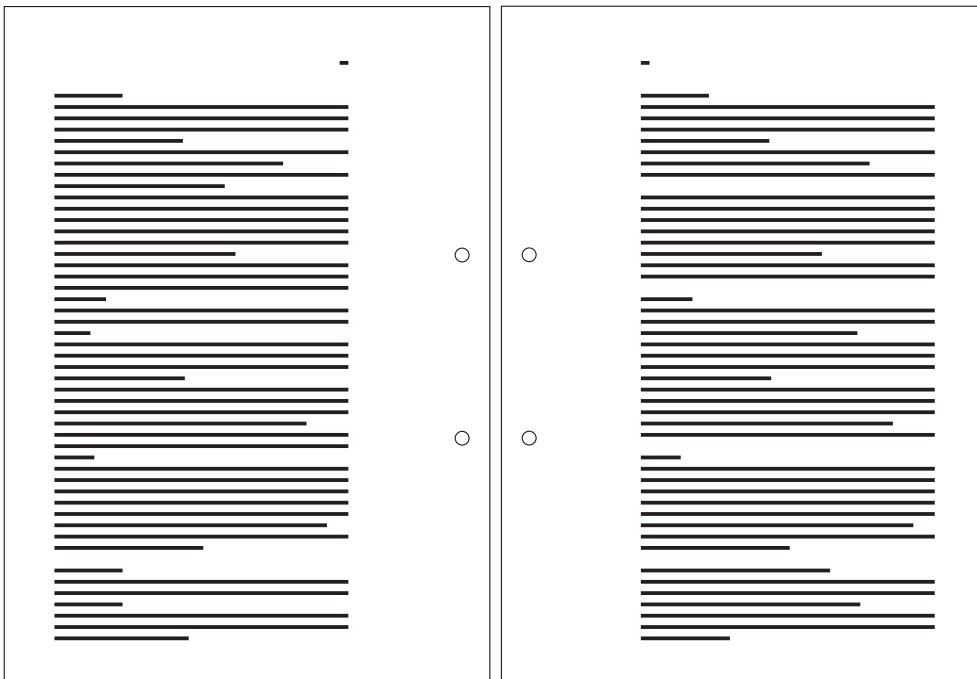
Guia de Orientação para a Constituição de Plataformas Locais para a Redução do Risco de Catástrofes



AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL
JUNHO DE 2020

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	04
2. QUAL A NECESSIDADE DE CONSTITUIR PLRRC?	06
3. O QUE SÃO?	06
4. O QUE AS CARACTERIZA?	07
5. COMO SE CONSTITUEM?	07
6. O QUE FAZEM?	09
7. COMO É FEITA A COORDENAÇÃO?	10
8. QUE RECURSOS NECESSITAM?	11
9. COMO SE ARTICULAM COM OUTRAS PLATAFORMAS?	12
ANEXOS	13
SIGLAS E ACRÓNIMOS	22
RECURSOS ÚTEIS E BIBLIOGRAFIA	23



Antes de imprimir este caderno pense bem se é mesmo necessário. Poupe eletricidade, toner e papel.

Se optar por imprimir, este caderno foi preparado para serem usados os dois lados da mesma folha durante a impressão.

O que é o Guia de Orientação para Constituição de Plataformas Locais para a Redução do Risco de Catástrofes?

É um documento orientador que tem como objetivo apoiar o Poder Local na constituição ou fortalecimento de Plataformas Locais para a Redução do Risco de Catástrofes – PLRRC, em articulação e acompanhamento com a Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes – PNRRC.

A quem interessa?

Interessa especificamente a qualquer órgão executivo do município ou entidade intermunicipal (área metropolitana e comunidade intermunicipal) do território nacional, e genericamente a outras entidades, do setor público, privado e sociedade civil, que através da constituição de PLRRC, queiram participar no processo de integração das medidas de redução de risco de catástrofes nas políticas locais, em linha com o Quadro de Sendai 2015-2030.

Quais são os conteúdos deste Caderno Técnico?

Este Guia apresenta as orientações necessárias à implementação de PLRRC, designadamente identificando os benefícios da sua constituição, definindo o quadro conceptual e os elementos que a caracterizam, assinalando quem pode ser o interlocutor e agente de mobilização interpares e disponibilizando as ferramentas que apoiam à sua constituição.

Utilizaram-se na elaboração deste documento as diretrizes contidas no manual "Words into Action – National Focal Points for Disaster Risk Reduction, National Platforms for Disaster Risk Reduction, Local Platforms for Disaster Risk Reduction" (UNISDR, 2017) e no Guia "Partnership Toolkit" (NESTA, 2019).

1. ENQUADRAMENTO

Em 2020 assinalam-se duas décadas desde a aprovação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Catástrofes – EIRRC¹, que tem como objetivo a promoção do aumento da resiliência das comunidades face à ocorrência de catástrofes.

Portugal, desde 2001, designou a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – ANEPC (à data, o Serviço Nacional de Proteção Civil) como **Ponto Focal Nacional para efeitos da EIRRC**.

Na sequência da implementação da referida Estratégia foi realizada em Kobe, Japão, em 2005, a 2.ª Conferência Mundial de Redução de Catástrofes, onde foi aprovada a Declaração de Hyogo e respetivo Quadro de Ação 2005-2015 (Hyogo Framework for Action).

O país, de modo a dar cumprimento às recomendações deste Quadro de Ação, designou a Comissão Nacional de Proteção Civil como a **Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes – PNRRC**, em 31 de maio de 2010, determinando a criação de uma subcomissão de natureza executiva.

Em 2015, na cidade de Sendai, no Japão, decorreu a 3.ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Catástrofes, na qual foi adotado o Quadro de Sendai 2015-2030, no âmbito da resiliência e redução de risco, assente em quatro prioridades:

- i) Aprofundar o conhecimento sobre o risco de catástrofes;
- ii) Fortalecer a componente de gestão do risco de catástrofes;
- iii) Investir na componente de redução do risco de catástrofes para uma melhor resiliência e,
- iv) Reforçar a componente de preparação para uma resposta efetiva.

Este novo Quadro reconhece que o Estado tem o papel principal na redução do risco de catástrofes. Essa responsabilidade, no entanto, deve ser partilhada com todas as partes interessadas, sobretudo o Poder Local, mas também os setores privado e social e os cidadãos.

Em Portugal o Quadro de Sendai traduziu-se na Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva – ENPCP, aprovada pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º 160/2017, de 30 de outubro, que coloca a tónica no reforço da governança e na capacitação das autoridades locais, enquanto pilares basilares do sistema de proteção civil, para a gestão dos riscos de catástrofes.

É essencial fortalecer, ao nível local, a governança na gestão de riscos em ordem a obter uma visão robusta, coordenada e plurisectorial, com o envolvimento de todas as partes interessadas. Este é um empreendimento desafiante, mas que vai catalisar mecanismos de colaboração e parcerias entre as diversas entidades locais, de forma a potenciar a implementação e boa execução dos instrumentos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação nas situações de acidente grave e catástrofe.

¹ – International Strategy for Disaster Risk Reduction – ISDRR.

Criar PLRRC, nos diferentes níveis territoriais, é assim uma mais-valia enquanto ponto de convergência de diferentes entidades e parceiros, incluindo a comunidade, cuja experiência e conhecimento tradicional, técnico e científico sejam de utilidade para efetivamente lidar com a prevenção e mitigação do risco de catástrofes.

A ANEPC, reconhecendo a importância de aproximar as políticas e a estratégia de redução do risco de catástrofe ao patamar local, em linha com os objetivos estratégicos e operacionais traçados pela ENPCP, apresenta este Guia com informações conceptuais básicas, com referências e orientações úteis com vista à constituição e/ou fortalecimento de PLRRC capazes de apoiar a PNRRC na concretização das prioridades do Quadro de Sendai 2015-2030.

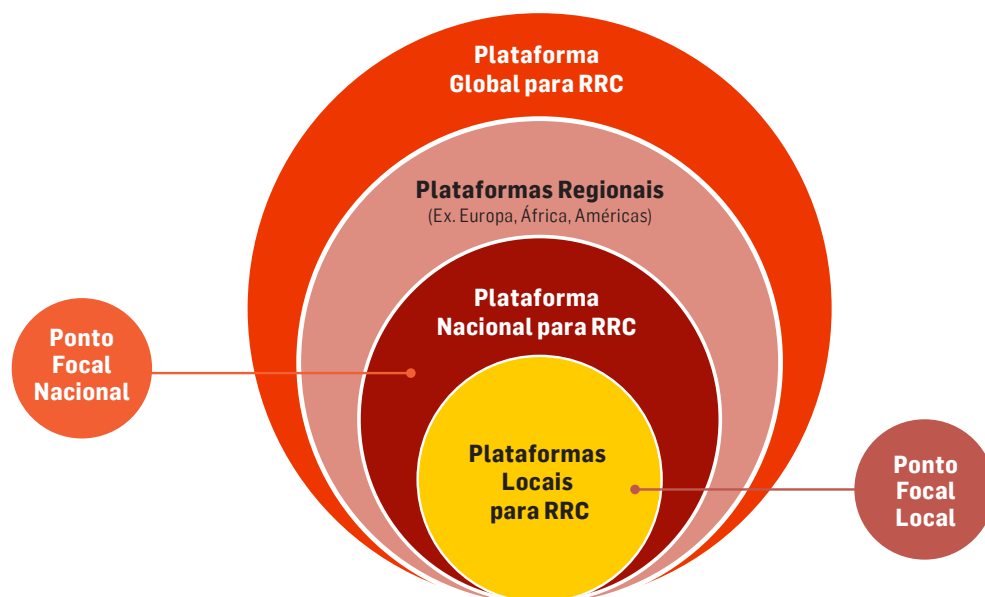


Figura 1 – Modelo e pontos de entrada para a estratégia de redução do risco de catástrofes.

Plataformas Locais para a Redução do Risco de Catástrofes

2. QUAL A NECESSIDADE DE CONSTRUIR PLRRC?

- Melhorar, à semelhança da Plataforma Nacional, a coordenação de esforços para prevenir acidentes graves ou catástrofes;
- Facilitar a aproximação e cooperação entre os atuais intervenientes na redução do risco de catástrofes (RRC) com outros órgãos relevantes nos diferentes níveis de governação local, nacional e global;
- Criar atividades coordenadas de RRC com valor acrescentado para as populações e todos os intervenientes envolvidos na sua constituição;
- Obter um conhecimento mais aprofundado dos outros atores envolvidos no domínio da RRC e tópicos relacionados;
- Potenciar a utilização de recursos comuns, de forma mais produtiva e coordenada, através de melhor coordenação no desenvolvimento e disseminação do conhecimento, métodos e dados, evitando assim sobreposições;
- Fortalecer o envolvimento de múltiplas partes interessadas;
- Obter capacidade de influenciar os decisores políticos de alto nível nas matérias relacionadas com a RRC;
- Criar um espaço de cooperação com entidades de cariz académico, científico e tecnológico.

3. O QUE SÃO?

- Estruturas que emanam das orientações da EIRRC e da ENPCP. Podem ser definidas como um mecanismo ou um comité de coordenação de várias partes interessadas. A sua constituição poderá ser feita ao nível da Área Metropolitana, Comunidade Intermunicipal ou Municípios;
- Estruturas que contribuem para a estratégia local de RRC, através: (i) da avaliação local do risco e capacidades (por exemplo, apoiada na avaliação dos planos de emergência de proteção civil); (ii) do reporte e comunicação de informação para o nível nacional; (iii) da participação em intercâmbios ou outras formas de cooperação com plataformas homólogas;
- Um veículo de integração dos mecanismos de RRC nas políticas locais, no planeamento e em outros programas alinhados com o Quadro de Sendai;
- Um pivô na gestão das matérias comuns prioritárias de RRC, desenvolvendo ações concertadas entre as partes, através de um processo coordenado e participado, devendo para isso possuir um mandato claro;

- Um mecanismo para melhorar as ações locais de RRC, com uma coordenação alavancada em estruturas existentes (por exemplo, a Comissão Municipal de Proteção Civil) e em necessidades identificadas (por exemplo, as Estratégias Locais de Adaptação às Alterações Climáticas);
- Centros de convergência que partilham a mesma visão quanto à necessidade de uma gestão integrada dos riscos, estabelecendo para o efeito estratégias de ação comum de minimização ou eliminação dos mesmos, que considerem as vulnerabilidades existentes e os potenciais efeitos de cascata decorrentes de acidentes graves ou catástrofes.

4. O QUE AS CARACTERIZA?

- Um modelo de gestão de riscos aplicável a todas as fases do ciclo das catástrofes;
- Uma liderança claramente definida, apoiada numa estrutura forte e competente para que a PLRRC mantenha uma atividade regular e produtiva;
- Diversidade de entidades participantes e membros comprometidos que demonstrem um forte apoio institucional à mesma;
- Elementos mandatados para representar e comunicar as necessidades e preocupações da comunidade e das instituições que representam;
- Uma gestão e uma participação equilibrada e equitativa das partes interessadas envolvidas;
- Uma forte orientação para a partilha de conhecimentos, incentivo à cooperação, confiança e procura de consensos;
- Disponibilidade para interagir com os municípios e com outros municípios, bem como a capacidade de participação em atividades de nível nacional e internacional;
- Capacidade para promover e adotar transparência institucional;
- Credibilidade junto da liderança política,
- Resiliência institucional e societal;
- Uma configuração flexível (vide anexo 1).

5. COMO SE CONSTITUEM?

Constituir uma PLRRC implica criar parcerias. Identificar potenciais parceiros é algo relativamente fácil mas na verdade construir uma parceria de sucesso que atinja o seu potencial é totalmente diferente: requer engenho, ponderação, e flexibilidade. Mas, mais do que isso, necessita de uma boa preparação.

Para ajudar neste trabalho de preparação encontra-se no anexo 2 uma lista de “Dez passos para a constituição de uma PLRRC” e no anexo 3 uma lista de verificação, adaptada do modelo usado no Guia “Partnership Toolkit”, edição da NESTA² (2019)³, com o propósito de ajudar a alicerçar uma parceria. Estas ferramentas não só irão ajudar na determinação do sucesso da parceria, como permitirão definir o modo como as partes podem tirar o maior proveito da mesma no contexto da PLRRC.

Neste processo de construção da parceria surgirão desafios mas também oportunidades. Serão certamente identificadas as interdependências existentes entre todos os envolvidos e também criado o espaço para o alinhamento das prioridades de cada parceiro em torno de objetivos comuns, através de ações coordenadas nos diversos setores e áreas de interesse local (fig. 2).



Figura 2 - Plataforma Local para Redução de Risco de Catástrofe organizada para ações coordenadas.

ALGUMAS DAS ÁREAS DE COOPERAÇÃO DE MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS

Educação	Proteção Civil
Economia e Finanças Públicas	Ordenamento do Território
Saúde	Ambiente
Serviços Sociais	Planeamento Urbano

MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS

Setor Público	Setor Privado
Instituições de Ensino Superior & Investigação	Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais

2 – NESTA é uma fundação internacional para a inovação, sediada no Reino Unido. A sua atividade centra-se na transformação de ideias em realidade, trabalhando com parceiros por todo mundo, em áreas como a inovação governamental, saúde, políticas de inovação, educação, cultura e economia criativa. Em Portugal, a NESTA prestou serviços de tutoria ao Laboratório de Experimentação para Inovação no Setor Público (LabX).

3 – Acessível em: www.nesta.org.uk/toolkit/partnership-toolkit

6. O QUE FAZEM?

“A ideia de uma Plataforma Local não é assumir as responsabilidades dos intervenientes, mas reduzir as sobreposições e coordenar o uso de recursos comuns com sabedoria.”

Fonte:
Words into Action – National Focal Points for Disaster Risk Reduction, National Platforms for Disaster Risk Reduction, Local Platforms for Disaster Risk Reduction” (UNISDR, 2017).

- Melhoram a colaboração e a coordenação de múltiplas partes interessadas ao nível local com a adoção de um processo consultivo e participativo, em linha com a implementação do Quadro de Sendai. Esta colaboração é potencialmente melhorada com a participação na campanha da ONU “Making Cities Resilient: My City is Getting Ready”⁴ dinamizada, em Portugal, através da rede de Cidades Resilientes⁵;
- Servem como catalisadores da gestão dos riscos locais, liderando o seu processo de avaliação, levando ao estabelecimento de uma Estratégia Local para RRC até 2030⁶;
- Promovem consultas, constroem consensos e ajudam na preparação de políticas locais de regulação e de desenvolvimento de mecanismos de aplicação da lei em matérias de RRC;
- Envolvem as comunidades locais, através de processos participativos, de forma a garantir uma abordagem holística que considere os aspetos sociais, económicos, culturais, educacionais, ambientais, jurídicos e outros, neste processo colaborativo de RRC;
- Promovem um ambiente propício para o desenvolvimento de uma cultura para a prevenção, sensibilização e educação para o risco, apoiando assim as atividades de RRC;
- Alavancam a mobilização eficaz de recursos, promovendo a cooperação e garantindo uma preparação para a resposta e recuperação às catástrofes;
- Apoiam a monitorização sistemática dos progressos locais em relação ao Quadro de Sendai, podendo ser usados os indicadores constantes na ferramenta de autoavaliação da resiliência face às catástrofes – UNDRR⁷;
- Promovem medidas de planeamento e ordenamento do território, no desenvolvimento urbano e na proteção das populações mais vulneráveis, em áreas e edifícios propensos ao risco e em outras infraestruturas sensíveis;
- Influenciam as diferentes políticas transversais de administração e de participação em processos de tomada de decisão, incluindo as relacionadas com o estabelecimento de parcerias para o financiamento das medidas de RRC ao nível local;

4 – Mais informações sobre a campanha: www.unisdr.org/campaign/resilientcities/

5 – Mais informações sobre a rede de Cidades de Resilientes: www.facebook.com/pages/category/Non-Governmental-Organization--NGO-/Cidades-Resilientes-Portugal-504170829993069/ e www.pnrrc.pt/index.php/publicacoes/

6 – A estratégia deve incluir metas claras, indicadores, cronogramas e responsabilidades, refletindo prioridades locais e ações de apoio de RRC. Deve igualmente promover a integração da RRC no planeamento do território e considerar medidas de adaptação aos riscos decorrentes das alterações climáticas em articulação e de forma consistente com as políticas, planos, programas e estratégias locais e nacionais existentes (por exemplo, a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, o Projeto ClimAdaPT.Local e o Programa de Adaptação às Alterações Climáticas, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto).

7 – Acessível em: www.unisdr.org/campaign/resilientcities/toolkit/article/disaster-resilience-scorecard-for-cities

- Criam a oportunidade para uma abordagem mais holística, na qual são identificadas as interdependências dos diferentes agentes envolvidos, assim como promovem o alinhamento em objetivos comuns das diferentes prioridades individuais, muitas vezes concorrentes.

7. COMO É FEITA A COORDENAÇÃO?

As PLRRC assumem particular exigência de coordenação. A designação do seu interlocutor (ponto focal local) requer uma ponderação cuidada ao nível da instituição de proveniência, perfil e competências. O sucesso da implementação da PLRRC depende, em larga medida, da escolha criteriosa e consensualizada da individualidade que for designada para assumir esse papel.

7.1 Ponto Focal Local (definição)

- É a personalidade responsável pela implementação, revisão e reporte do Quadro de Sendai ao nível local. Pode ser um representante do órgão executivo do Poder Local ou outra personalidade designada por este órgão;
- É a personalidade que assume a função de coordenador da PLRRC e, simultaneamente, a responsabilidade pela implementação da estratégia local para RRC, fomentando consensos e mobilizando entidades para esse objetivo comum.

7.2 Características do Ponto Focal Local

- Possuir um estilo de liderança que integre diferentes visões, mitigue possíveis conflitos e crie o compromisso necessário à participação e ao acompanhamento de todos;
- Deter uma posição privilegiada que assegure a ligação regular e a colaboração entre as principais instituições (públicas, privadas e do setor social) e os órgãos políticos locais;
- Pertencer a uma estrutura permanente, relevante e com poder de decisão. Isto facilitará a coordenação e a participação de todos os parceiros locais nas matérias de RRC (cumprimento das metas do Quadro de Sendai), gestão de catástrofes, planeamento local e ambiente.
- O Ponto Focal Local deve, assim, ser capaz de:
 - Demonstrar uma forte liderança e coordenação com outros setores;
 - Alavancar o compromisso político;
 - Agrupar e analisar dados de acompanhamento e produção de relatórios de progresso;
 - Mobilizar recursos;
 - Alavancar o conhecimento sobre RRC, considerando a informação produzida pelas autoridades científicas e técnicas existentes.

7.3 Principais funções do Ponto Focal Local

- Articular-se com a PNRRRC na coordenação da atividade de RRC;
- Atuar como ponto de contato em termos de RRC junto de outras PLRRC, da UNDRR e outros atores do setor;
- Liderar e coordenar o desenvolvimento ou a revisão da estratégia local e planos para RRC até 2030, incluindo metas locais e indicadores relacionados com as metas nacionais e globais do Quadro de Sendai, ficando responsável pela sua monitorização e acompanhamento;
- Orientar os decisores políticos locais na criação de coerência entre as políticas de RRC e a agenda de desenvolvimento para 2030;
- Discutir, no patamar local, com os diferentes setores e com as principais partes interessadas, as interdependências entre a RRC, o desenvolvimento sustentável e a adaptação às alterações climáticas;
- Estabelecer e integrar redes colaborativas que ajudem à implementação do Quadro de Sendai, no patamar local, e advoguem e dinamizem o tema da RRC transversalmente, incluindo a sensibilização pública, através de uma abordagem holística de toda a sociedade no tema.

8. QUE RECURSOS NECESSITAM?

A PLRRC é uma estrutura que tende, por norma, a ajudar a alocar e a usar os recursos existentes, muitas vezes escassos, de forma mais eficiente, visto que adota um modelo de coordenação e ação conjunta com vista à RRC.

Muitas das atividades realizadas, como reuniões, gestão de grupos de trabalho e elaboração de políticas e recomendações, afiguram-se não ser onerosas, uma vez que se desenvolvem usando as capacidades existentes das organizações que a compõem. Nesta linha, os recursos financeiros, vistos muitas vezes como o primeiro requisito, não devem ser imediatamente percecionados com um constrangimento ou entrave ao sucesso.

Todos os setores possuem recursos humanos, técnicos e conhecimentos únicos de vários tipos, muitas vezes diferentes e complementares. Este tipo de capacidade, quando agrupada, constitui-se como grande parte dos recursos necessários para as atividades em curso na PLRRC. Isto não significa que a PLRRC não possa atrair contribuições de financiamento através de candidaturas a concursos, projetos, doadores e organizações nacionais ou internacionais (UE ou ONU) ou que o órgão local que tutelar a mesma assegure, pelo menos, os custos do secretariado e as despesas decorrentes da organização de reuniões.

9. COMO SE ARTICULAM COM OUTRAS PLATAFORMAS?

A PLRRC deve procurar manter um diálogo eficaz com outras PLRRC e com a PNRRC, por forma a criar sinergias capazes de influenciar, incentivar e manter uma ação coordenada em torno da RRC.

O Ponto Focal Local deverá ser o interlocutor privilegiado nesses diálogos devendo para esse efeito possuir um mandato claro e autoridade suficiente para alavancar o compromisso político local e representar a comunidade nos contextos nacional e internacional.

Por seu turno, a PNRRC e o Ponto Focal Nacional procuraram monitorizar e contribuir para as medidas internacionais de RRC, dando retorno desse acompanhamento aos parceiros nacionais e locais. Em paralelo, a PNRRC promoverá ações de entendimento e desenvolvimento da estratégia nacional de RRC que apoiem a sua compreensão e implementação ao nível local (fig. 3).

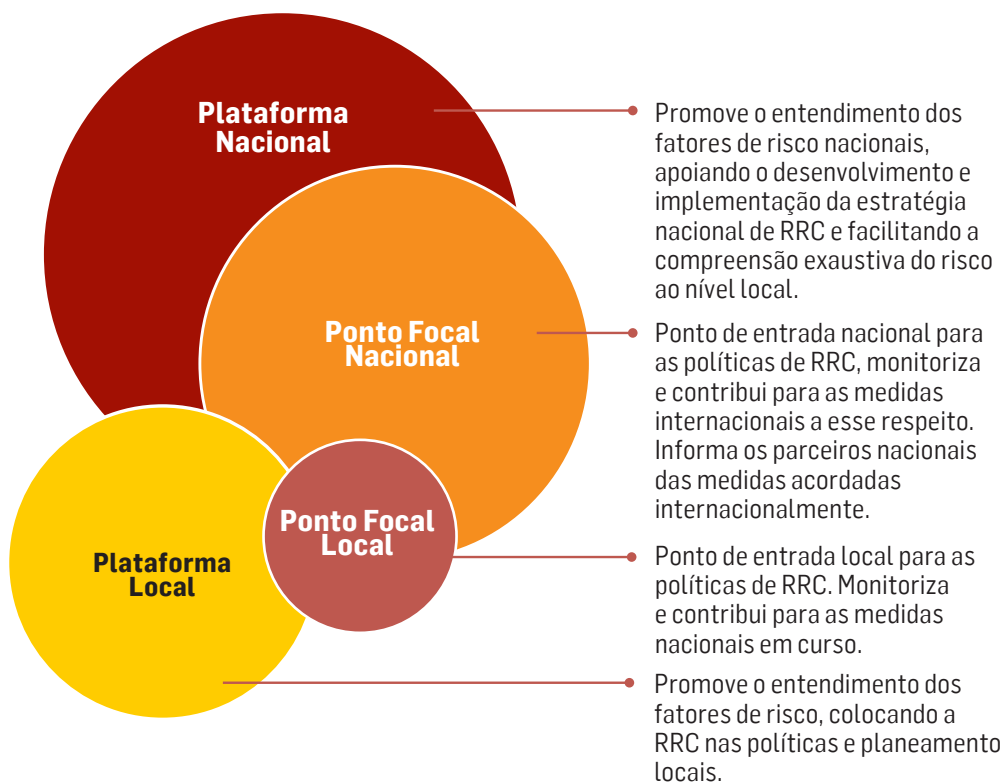


Figura 3– Papel dos Pontos Focais Nacional e Local e das Plataformas Nacionais e Locais.

ANEXOS

ANEXO 1: EXEMPLOS DE CONFIGURAÇÕES DE PLRRC

Configurações ou adaptações de PLRRC existentes que podem servir de inspiração para o modelo que for entendido adotar localmente.

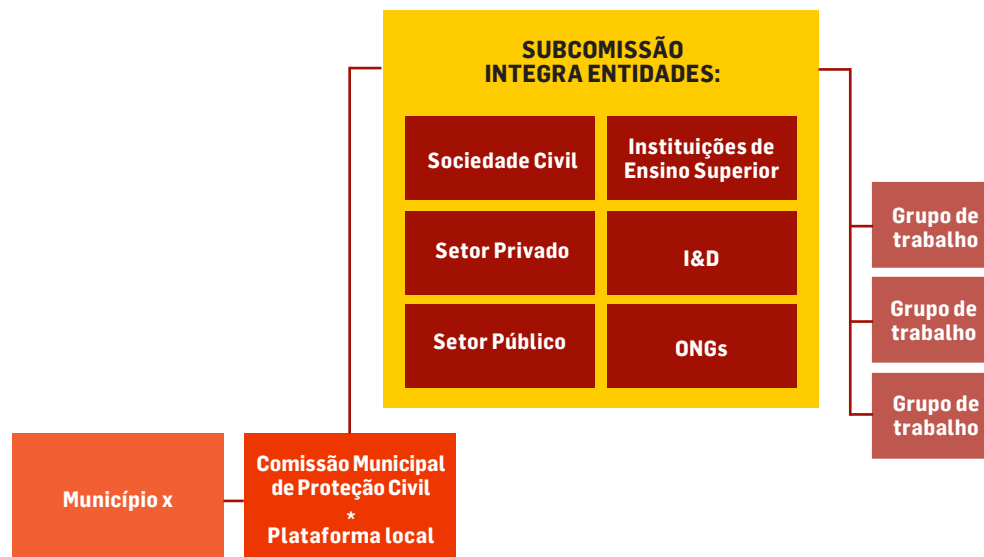


Figura 4 – Comissão Municipal de Proteção Civil designada como Plataforma Local, determinando a criação de uma Subcomissão (adaptado do modelo da Plataforma Nacional portuguesa).



Figura 5 – Fórum de Resiliência Local (adaptado do modelo britânico – Greater Manchester Resilience Forum).



Figura 6 – Rede de Redução do Risco (adaptado do modelo peruano - Disaster Risk Reduction Networks).



Figura 7 – Plataforma Local (adaptado do modelo italiano - Local Mechanism for Territorial and Community Resilience - Province of Potenza).

ANEXO 2: DEZ PASSOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA PLRRC

Nota prévia: a constituição de PLRRC deve estar sustentada no forte apoio e na vontade do poder político e das partes interessadas locais.

1.º Passo – Elaborar a proposta

Começar por elaborar a proposta da PLRRC mapeando os pontos fortes e as lacunas existentes no que diz respeito à RRC e respetivos riscos. Explorar os mecanismos de coordenação existentes sobre os quais a Plataforma pode ser constituída.

2.º Passo – Envolver a sociedade civil, as empresas e o setor público

Apresentar uma justificação para a constituição da PLRRC por meio de discussão pública para garantir que as evidências que sustentam a sua necessidade sejam entendidas e ganhem uma boa base de apoio das partes interessadas. Isso inclui demonstrar de que modo esta se articula com o Quadro de Sendai e as responsabilidades do Ponto Focal Local. Este processo implica ainda o alinhamento do mapeamento feito para a constituição da Plataforma com a legislação existente e com a missão das outras entidades para garantir que desenvolve a sua atividade de redução do risco de catástrofes de forma harmoniosa e em sintonia com todos os setores com responsabilidade nesta matéria.

3.º Passo – Estabelecer a governança

Considerar o modelo de governança e a composição (por exemplo, organismos públicos, setor privado, ONG's, grupos de jovens, instituições de ensino superior, etc.) da PLRRC através de benchmarking com outros países e UNDRR⁸. Um método para criar um modelo adequado é formar um grupo de trabalho com um líder que seja capaz de criar consensos e tenha uma extensa compreensão da EIRRC. Este líder poderá ser o Ponto Focal Local.

4.º Passo – Constituir formalmente

Garantir a constituição formal através de uma decisão dos órgãos deliberativos (conselho metropolitano, assembleia intermunicipal ou assembleia municipal) e o apoio dos respetivos órgãos executivos. É igualmente importante obter o apoio da estrutura existente que vai prosseguir com as atividades da PLRRC. Importa reter que a PLRRC tem a missão de coordenar diversos setores e agentes envolvidos na RRC, logo exige um trabalho transversal, com processos participativos e construção de parcerias, entre outras atividades, que importa assegurar.

5.º Passo – Envolver ativamente o poder político

Garantir o envolvimento ativo dos órgãos deliberativos e executivos, incluindo a provisão de uma liderança para apoiar o sucesso da iniciativa. A PLRRC também necessitará de um coordenador que tenha a confiança das partes interessadas - esse elemento é o Ponto Focal Local.

6.º Passo – Publicitar a plataforma

Lançar formalmente a PLRRC acompanhada de "publicidade" pode servir como um primeiro passo para consciencializar a comunidade sobre a agenda futura nas matérias de redução do risco de catástrofe.

8 – Ver os exemplos constantes em "Words in Action Guidelines" (p. 51-67).

7.º Passo – Estabelecer uma agenda

Como prioridade, estabelecer uma agenda comum e um programa de ação consensualizado capaz de mobilizar recursos e envolver as partes interessadas dos setores relevantes. As principais partes interessadas são aquelas que devem desempenhar um papel central na execução do planeamento e promoção das estratégias e programas de redução de risco de catástrofes. As partes devem concordar com:

- (i) metas e indicadores partilhados e mensuráveis;
- (ii) alcance pretendido para a plataforma;
- (iii) agenda;
- (iv) métodos e formas de trabalho;
- (v) regras básicas de funcionamento.

Nesta fase deve-se conseguir consensos sobre as expectativas do tempo de trabalho alocado às tarefas comuns.

8.º Passo – Coordenar globalmente

Estabelecer um mecanismo para a coordenação geral e gestão do esforço de trabalho. A coordenação inclui a monitorização de progressos e resultados alcançados, juntamente com o acompanhamento de funções e responsabilidades.

9.º Passo – Criar grupos de trabalho

Se apropriado, criar grupos de trabalho multidisciplinares ou comissões para trabalhar em questões específicas.

10.º Passo – Colaborar com outras plataformas

Uma vez criada a PLRRC é importante que esta colabore, através do Ponto Focal Local, na ação nacional para a RRC, em articulação com a Plataforma Nacional.

“Copiar o formato de Plataformas Locais não é possível, nem desejável.”

Fonte:
Words into Action – National Focal Points for Disaster Risk Reduction, National Platforms for Disaster Risk Reduction, Local Platforms for Disaster Risk Reduction” (UNISDR, 2017).

ANEXO 3: DOIS PASSOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA PARCERIA

1.º Passo: lista de verificação (avanço ou recuo)

Prosseguir com uma parceria pode consumir imensos recursos e por este motivo justifica-se antes de avançar com algo mais concreto dar um passo atrás e questionar se as bases das mesmas estarão certas.

Algumas questões relevantes a colocar, podem ser: As partes serão realmente capazes de trabalhar em conjunto? As pessoas que vão trabalhar na parceria sentem-se ligadas no mesmo propósito e compartilham os mesmos valores? Estarão todos comprometidos a trabalhar juntos?

Os casos conhecidos de sucesso⁹ de PLRRC demonstram um equilíbrio certo entre a representatividade de membros e os recursos de trabalho disponíveis para alcançar os objetivos. Por norma, procura-se manter o número de membros num nível gerível, optando-se por envolver os representantes dos diferentes setores, ou redes existentes, ao invés da instituição individualmente, salvaguardando o necessário equilíbrio institucional e de inclusão de toda a sociedade para a redução do risco de catástrofes.

A lista de verificação de avanço ou recuo a seguir apresentada pode ajudar a determinar se vale a pena investir recursos numa determinada parceria. Este exercício de avaliação pode ser feito individualmente, se for o mentor da PLRRC, ou em equipa.

A lista de verificação serve também para ajudar a priorizar qual a parceria mais promissora se estiverem a decorrer vários contactos, e ao mesmo tempo, determinar qual será melhor não dar seguimento. A lista de verificação (avanço ou recuo) pode incluir:



Há uma oportunidade clara em que ambas as partes beneficiam da parceria?

Ambas as partes devem beneficiar para a parceria funcionar. Para isso pode ser necessário ter que ajudar o potencial parceiro a entender como vai beneficiar da mesma, uma vez que vai ter que "vender" a ideia internamente. Partilhar a ideia com pessoas que tragam uma nova perspetiva é uma forma de abordar o desafio.

Para ajudar a outra parte a entender o modelo da parceria a considerar, deve apresentar alguns dos possíveis benefícios que podem advir na adesão à mesma:

- Desenvolvimento e criação de valor acrescentado em atividades coordenadas de RRC;
- Um conhecimento mais aprofundado dos outros atores envolvidos no domínio da RRC e tópicos relacionados;
- Melhor coordenação do desenvolvimento e disseminação do conhecimento, métodos e dados, que evitam sobreposições e promovem a utilização de recursos comuns, de forma mais produtiva e coordenada no fortalecimento da resiliência;

9 – Ver os exemplos constantes em "Words in Action Guidelines" (p. 51-67).

**Há uma oportunidade clara em que ambas as partes beneficiam da parceria? (Cont.)**

- Aumento das oportunidades de cooperação aos níveis local, nacional, e internacional;
- Fortalecimento do envolvimento de múltiplas partes interessadas;
- Capacidade de influenciar os decisores políticos locais de alto nível.

Alguns parceiros podem não entender o objetivo da Plataforma, ou podem pensar que a RRC é uma questão da competência de outros serviços.

Pesquisar e apresentar factos, assim como, convidar o potencial parceiro a explorar o tema, mostrando-lhe, por exemplo alguns projetos em curso, ou convidando-o a participar numa próxima reunião da Plataforma é importante.

**As partes contribuem de forma equitativa para a parceria?**

Equidade não tem que significar igualdade. Neste contexto, equidade significa que as partes compreendem e estão de acordo que as contribuições para a plataforma são justas.

Para ajudar a definir o que está, e o que não está, em cima da mesa pode ser feito um mapeamento simples de recursos. Pode ser utilizado um formato de workshop passando em revista a lista de potenciais recursos, utilizando, por exemplo, um mapa detalhado das áreas onde os parceiros podem agregar valor, como experiência, relacionamentos, acomodação etc. (ver em recursos: referência cruzada em Toolkit NESTA)

**Há adesão da gestão de topo da organização para o trabalho conjunto?**

I.e.: Os contactos estão a ser feitos entre elementos com poder de decisão e capacidade de desbloquear problemas quando estes surgirem? Que sinais existem que evidenciem a adesão de ambas as partes?

**Os fatores menos favoráveis estão a um nível aceitável?**

Considerar os fatores como o impacto na reputação da organização, perda de autonomia, conflitos de interesse, alocação de recursos e desafios de implementação. Certificar-se de que a organização está confortável com os desafios exigidos.

Se não conseguir colocar um visto em qualquer uma das caixas acima deve ponderar se a parceria é a mais certa.

2.º Passo: Adesão das entidades à PLRRC

Havendo condições para se avançar com a parceria, pode-se acordar como é que as partes vão trabalhar em conjunto. Para esse efeito, elencam-se seguidamente alguns aspetos que podem ser considerados, ou descartados, de forma despretensiosa para o estabelecimento da parceria.

1.0 OS PARCEIROS

Detalhes da pessoa de contato em cada organização

Parceiro A	Nome, título profissional, Morada profissional
Parceiro B	Nome, título profissional, Morada profissional
	Adicione mais se tiver mais do que dois parceiros envolvidos

2.0 MANIFESTO CONJUNTO

O estabelecimento de uma visão partilhada antecipadamente ajudará a orientar a parceria e a esbater qualquer desalinhamento no futuro.

“As partes reconhecem um compromisso comum em relação a”	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o problema social/necessidade que se está a tentar resolver? • Qual é a visão global para esta parceria? • Quais são os valores que desejam colocar em torno da parceria (e.g., confiança, transparência)?
---	---

“Ao trabalharmos juntos como parceiros, reconhecemos o valor acrescentado que cada parte traz para cumprir este compromisso e/ou este problema...”

“Especificamente, esperamos que cada parceiro contribua para a Plataforma da seguinte maneira: Parceiro A – Parceiro B – Todos os parceiros”	<ul style="list-style-type: none"> • Que contributos/recursos é que as partes podem dar? Por exemplo: dinheiro, tempo, recursos, conhecimentos e ou competências, acesso a redes de conhecimento. Este compromisso pode ser explorado, ou detalhado, em maior ou menor profundidade e amplitude.
---	---

3.0 MODO DE FUNCIONAMENTO

Estruturar o modo de funcionamento da plataforma ajudará a reforçar uma "parceria" de iguais.

Papéis de cada parceiro e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os papéis e responsabilidades de cada parte? • Quem é responsável pelo quê? Tanto individualmente como em parceria. • Como se espera manter a confiança e o respeito nesta parceria? O que comprometeria isso? Como se levantam as preocupações, quando estas surgirem?
Coordenação e administração	<ul style="list-style-type: none"> • Quem é que vai coordenar a Plataforma? Quem é o Ponto Focal Local? • Como é que as partes reportam os desenvolvimentos?
Grupos de trabalho/ comités/...	<ul style="list-style-type: none"> • Que estrutura de governança estará em vigor? • Quem está envolvido? • Quais são os termos de referência?
Construção de consensos	<ul style="list-style-type: none"> • Como é que as decisões vão ser tomadas e em que fórum? • De que forma se podem resolver as eventuais divergências entre as partes?

4.0 MELHORIA CONTÍNUA

Procurar estabelecer por antecipação e de comum acordo como e quando são feitas as monitorizações e revisões à parceria.

"Concordamos disponibilizar toda a informação relevante aos parceiros desta plataforma, conforme necessário."	<ul style="list-style-type: none"> • Existe algo que permanecerá confidencial? Mencione aqui.
"Concordamos em rever a parceria a cada x meses."	<ul style="list-style-type: none"> • Qual será a frequência e em que fórum será revista a parceria?
"Procuraremos monitorizar os compromissos financeiros e outros da parceria periodicamente."	<ul style="list-style-type: none"> • Quem providenciará e subsidiará esta medida?
"Concordamos em fazer ajustes na parceria se uma revisão ou monitorização indicar que isso é necessário para que a mesma atinja seus objetivos."	

5.0 OUTRAS DISPOSIÇÕES

A parceria (permite/não permite) o uso de materiais protegidos por direitos de autor (incluindo logótipos) ou a divulgação de informações confidenciais a terceiros sem a permissão por escrito do(s) parceiro(s) em questão.

Esta parceria não vincula as organizações parceiras ou seus funcionários / dirigentes a nenhuma responsabilidade financeira ou de outra natureza, na ausência de outra documentação formal/oficial associada.

Pode ainda ser prevista a referência a um glossário para a harmonização dos conceitos presentes nos termos da parceria, ou adicionados outros pontos, relacionados, por exemplo, com a estratégia de comunicação com o público e/ou uso de marcas e logótipos.

Pretende-se que o uso dos passos previamente elencados ajude a estruturar e a formalizar uma parceria mutuamente benéfica, equitativa e sustentável.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
EIRRC	Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Catástrofes
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENPCP	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ISDRR	International Strategy for Disaster Risk Reduction
NESTA	Fundo Nacional de Ciência, Tecnologia e Artes (Reino Unido)
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PLRRC	Plataforma Local para a Redução do Risco de Catástrofes
PNRRC	Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes
RRC	Redução do Risco de Catástrofes
UE	União Europeia
UNDRR	Gabinete das Nações Unidas para a Redução de Risco de Catástrofes

RECURSOS ÚTEIS E BIBLIOGRAFIA

RECURSOS ÚTEIS

O QUÊ COLEÇÃO "WORDS INTO ACTIONS"

Coleção de Guias de Implementação, produzidos pela UNDRR, que visam garantir o acesso universal ao conhecimento, comunidades de prática e redes de profissionais produzidos no âmbito da RRC.

Os guias oferecem conselhos específicos sobre as etapas sugeridas para implementar o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Catástrofes 2015-2030 numa abordagem fiável e centrada nos cidadãos. Não sendo guias exaustivos facultam referências para outras fontes de informação.

ONDE www.preventionweb.net/sendai-framework/wordsintoaction (Acedido em 2020/01/07)

CONTÉM Seleção de títulos:

- Words into Action – National Focal Points for Disaster Risk Reduction, National Platforms for Disaster Risk Reduction, Local Platforms for Disaster Risk Reduction" (UNISDR, 2017)
- Words into Action – Implementation guide for local disaster risk reduction and resilience strategies (UNISDR, 2019)
- Words into Action - Implementation guide for land use and urban planning (UNISDR, 2019)

O QUÊ PREVENTIONWEB

Plataforma colaborativa de partilha de conhecimento sobre RRC que oferece uma gama de produtos e serviços para facilitar o trabalho dos profissionais dedicados à RRC. É gerida pela UNDRR.

ONDE www.preventionweb.net/english/professional/ (Acedido em 2020/01/07)

CONTÉM Exemplos de recursos disponíveis:

- Uma base de dados de conhecimento
- Glossário
- Programas Académicos
- Espaços de trabalho online e grupos de email dedicados a temas específicos
- Lista de organizações que trabalham na RRC

O QUÊ JOINT RESEARCH CENTRE – DISASTER RISK MANAGEMENT KNOWLEDGE CENTRE (DRMKC)

Iniciativa da Comissão Europeia para melhorar e aprofundar a comunicação entre políticos, cientistas e técnicos no campo da gestão do risco de catástrofes.

ONDE <https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/> (Acedido em 2020/01/17)

CONTÉM Exemplo de recurso disponível:

- Riskdata hub

O QUÊ COPERNICUS CLIMATE CHANGE SERVICES (C3S)

Serviço dedicado às alterações climáticas. Apoia a sociedade, fornecendo informações consistentes e credíveis sobre o passado, presente e futuro do clima na Europa e no resto do mundo.

No leque de utilizadores do C3S encontram-se cientistas, consultores, técnicos, políticos, meios de comunicação social e o público em geral.

ONDE <https://climate.copernicus.eu/> e <https://www.copernicus.eu/pt-pt> (Acedidos em 2020/01/17)

CONTÉM Dados e ferramentas usados para vários propósitos, por exemplo:

- Avaliação dos impactes das mudanças climáticas sobre a biodiversidade;
- Gestão do risco e segurança;
- Gestão sustentável da água;
- Planeamento do território;
- Poluição atmosférica.

O QUÊ AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE (AEA)

Agência da União Europeia cuja missão consiste em fornecer informação sólida e independente sobre o ambiente. A AEA tem por objetivo apoiar o desenvolvimento sustentável ao ajudar a alcançar melhorias significativas e mensuráveis ao nível do ambiente na Europa, mediante a prestação de informação oportuna, bem orientada, pertinente e fiável, aos decisores políticos e ao público.

ONDE <https://www.eea.europa.eu/pt> (Acedido em 2020/01/17)

CONTÉM

- Dados de mapas;
- Indicadores;
- Relatórios;
- Informação diversa sobre diversos temas.

O QUÊ PLATAFORMA NACIONAL PARA REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES (PNRRC)

O site apresenta o Plano de Atividades emanado pela PNRRC nos domínios do Quadro de Ação de Hyogo e Quadro de Sendai, bem como disponibiliza recursos informativos e técnicos úteis para a construção de comunidades resilientes.

ONDE <http://www.pnrcc.pt/> (Acedido em 2020/01/20)

CONTÉM Exemplo de recursos disponíveis:

- Guia Cidades Resilientes em Portugal (contém boas práticas locais de resiliência);
- Documento de Apoio a Boas Práticas na Gestão do Risco de Inundação;
- Manual de Boas Práticas de Resiliência de Infraestruturas Críticas – Setor Privado e Setor Empresarial do Estado.

O QUÊ FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO DA RESILIÊNCIA FACE ÀS CATÁSTROFES A NÍVEL LOCAL

Ferramenta com um conjunto de indicadores que irão permitir aos governos locais acompanhar e rever os progressos e desafios na implementação do Quadro de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofe de 2015-2030, e assim avaliar a sua resiliência face às catástrofes. Está estruturada em torno dos Dez Princípios da UNDRR para Construir Cidades Resilientes.

ONDE <https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/toolkit/article/disaster-resilience-scorecard-for-cities> (Acedido em 2020/01/20)

CONTÉM Exemplo de recursos disponíveis em português:

- Ficha de avaliação preliminar
- Ficha de avaliação detalhada
- Ficha de avaliação preliminar – Excel
- Ficha de avaliação detalhada – Excel

O QUÊ TOOLKITS NESTA

Contêm guias e ferramentas práticas inovadoras que apoiam na identificação e compreensão de desafios complexos, ajudando a testar novas ideias e a escalar o seu desenvolvimento.

ONDE <https://www.nesta.org.uk/toolkit/> (Acedido em 2020/01/07)

CONTÉM Exemplo de recurso disponível:

- "Partnership Toolkit", NESTA (2019)*

*Referência cruzada para o Livro The Partnering Toolbook, pelo The Partnering Initiative e pelo International Business Leaders Forum (IBLF), página 14, link: <https://thepartneringinitiative.org/wp-content/uploads/2014/08/Partnering-Toolbook-en-20113.pdf>

BIBLIOGRAFIA

- United Nations Office for Disaster Risk Reduction - UNISDR, (2017) Words into Action Guidelines – National focal points for disaster risk reduction, national platforms for disaster risk reduction, local platforms for disaster risk reduction [online], Geneva, Suíça, Prevention Web – The Knowledge Platform For Disaster Risk Reduction, UNISDR, www.preventionweb.net/publications/view/53055 (Acedido em março 2019).
- NESTA, (2019), Partnership Toolkit", [online], UK, NESTA, www.nesta.org.uk/toolkit/partnership-toolkit/ (Acedido em março 2019).

CADERNOS TÉCNICOS PROCIV #27

GUIA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS LOCAIS PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

Edição: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
/ Direção Nacional de Prevenção e Gestão de Riscos (DNPGR)

Autoria: Divisão de Riscos e Ordenamento – DRO (Hélder Lima)

Revisão: Direção de Serviços de Riscos e Planeamento – DSRP (Carlos Mendes)

Contributos: DNPGR | DSRP | DRO | Divisão de Planeamento de Proteção Civil – DPPC

Comandos Distritais de Operações de Socorro: Aveiro, Castelo Branco, Faro, Portalegre e Setúbal

Paginação: Divisão de Comunicação e Sensibilização

Data de publicação: Junho de 2020

ISBN: 978-989-8343-25-3

Disponibilidade em pdf: www.prociv.pt

AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

Av. do Forte – 2794-112 Carnaxide | Portugal

Tel.: +351 214 247 100 | geral@prociv.pt | www.prociv.pt